

O ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO DA LUTA SOCIAL**Benjamin Xavier de Paula¹****1. INTRODUÇÃO.**

Pensar a universidade brasileira no contexto atual do ensino superior remete-nos a pensar também as fronteiras que separam as nossas atuais instituições das suas influências mais remotas, particularmente, a Universidade Medieval, a Universidade Renascentista e a Universidade Moderna.

2. AS INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS MEDIEVAIS

Segundo alguns estudiosos sobre o ensino superior – Peter Burke (2003), Francisco Assis Palharini (1999) e José Dias Sobrinho (1997), entre outros –, as instituições universitárias medievais surgem em meio aos acontecimentos que separam a Antigüidade Clássica do Feudalismo. Herdeiros do mundo greco-romano, esses organismos se constituem, ao longo do medievo, como instituições intrinsecamente ligadas à dinâmica dos antigos mosteiros, sob a dominação da Igreja Católica e do cristianismo, tornando-se, aos poucos, guardiões do conhecimento produzido pelos clássicos da filosofia e da cultura cristã. Posteriormente, constituem-se como instituição outorgadora de licenças para o exercício da prática de ensinar a outros aprendizes. Tal como se dava nas corporações de ofício, a universidade assume então a estrutura de uma corporação de conhecimento.²

Segundo Luiz Eduardo Wanderley (1983), as universidades medievais no ocidente cristão são frutos dos denominados *studia generalia* – instituições freqüentadas por estudantes provenientes de várias partes do mundo feudal que, para terem o direito de ensinar, precisavam de uma licença do papa ou do rei. Segundo este autor, dentre os *studia generalia* mais conhecidos da época destacam-se os de Paris, Oxford, Nápoles e Bolonha, instituições que se tornaram referência para o surgimento de outras da mesma natureza. O termo *universitas* tornou-se usual no sentido exclusivo de designar uma comunidade de professores

¹ Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo – USP; e Professor de História Econômica na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

² As Corporações de Ofício, durante o feudalismo, ganharam importância como espaço onde se aprendiam as profissões por meio da outorga do mestre de ofício. Somente após tornar-se um mestre o aprendiz podia ensinar o ofício; o aprendizado se dava pela observação e as leis da igreja protegiam as corporações contra qualquer tipo de usura, prática de lucro indevido, ou outras formas que pudessem usurpar os seus fins. Analogicamente, as

2

e alunos, cuja existência tivesse sido sancionada por uma autoridade eclesiástica (o papa) ou por uma autoridade civil³ (o rei). Nestas acreditava-se que a quantidade de saberes da humanidade era imutável, tal como as leis universais da natureza divina; sendo assim, os professores se limitavam a estudar os grandes filósofos da Antigüidade, transmitindo o conhecimento deles “abstraídos” para seus alunos - era indiscutível que o papel das universidades se assentava na transmissão de conhecimento.

3. AS INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS NO RENASCIMENTO: O ROMPIMENTO COM O CORPORATIVISMO UNIVERSITÁRIO

O Renascimento estava imbuído do espírito de resgate da cultura greco-romana, e nisso não havia novidade, mas recriação. Sua particularidade era constituir-se como um movimento de oposição às idéias oriundas da filosofia escolástica e dos filósofos e teólogos que dominavam as universidades medievais, e, neste sentido, o humanismo representou a oposição ao antigo *status* educacional, sua principal característica assentava-se na curiosidade e na vontade de descobrir o novo. Embora os humanistas tenham tecido várias críticas à universidade, a maioria deles passou por suas fileiras, mesmo tendo a maior parte de suas produções intelectuais se dado fora do espaço universitário – estes criaram para si uma nova instituição onde podiam desenvolver suas idéias livremente: a academia; menos formais que os departamentos universitários, consolidaram como espaço ideal para inovações, tal como constituíram-se em inspiração e modelo para várias universidades que surgiram depois do Renascimento, particularmente as universidades protestantes do século XVI (calvinistas e luteranas).

Instituições inovadoras de uma época tendem a se tornar as instituições conservadoras de outras, este espírito conservador não demorou a chegar à academia. Porém, uma transposição foi possível com a curiosidade dos humanistas, que romperam com o estático mundo das universidades medievais, permitindo que esta curiosidade evoluísse para o patamar da descoberta e da pesquisa, fornecendo os elementos para o surgimento do que ficou conhecido como a Universidade Moderna.

universidades eram, dentro do espírito corporativo do período feudal, protegidas, por meio das outorgas papais, contra todo tipo de criatividade que pudesse questionar seu estatuto de conhecimento.

³Apesar de usarmos o termo “autoridade civil”, este deve ser entendido num contexto moderno, pois ao ser apropriado do texto original do autor (o que não significa que concordemos com o termo), não podemos ignorar que tal locução não pode ser remetida ao período feudal, haja vista que, segundo Habermas, não havia no medievo uma diferenciação entre sociedade civil e sociedade política, entre esfera pública e esfera privada, pois tais posições estavam ambas representadas na pessoa do rei. Habermas (1984).

A UNIVERSIDADE MODERNA E O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO / INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E DAS PROFISSÕES

O surgimento da Universidade Moderna tem âncora em dois importantes movimentos que, igualmente, impulsionaram a idéia de modernidade: a Revolução Científica – fruto da revolução, tanto no campo das idéias como no campo do conhecimento técnico/industrial – da qual a revolução industrial foi um dos seus principais desdobramentos; e o Iluminismo – fruto da revolução ideológica, que influenciará profundamente a estrutura da sociedade moderna – do qual a Revolução Francesa, a derrubada das monarquias absolutistas e o surgimento do Estado Constitucional figuram entre as principais marcas deste novo tempo.

Estes dois movimentos no campo do conhecimento serão responsáveis pelo surgimento de uma filosofia de ruptura, tanto com o conservadorismo estacionário do Feudalismo quanto com as idéias clássicas do Renascimento. Essa nova filosofia será responsável pela consolidação de instituições de conhecimento não mais com base na repetição (como as universidades medievais) e na tradição clássica (como as academias), mas na invenção, na pesquisa e na descoberta, voltadas para demandas surgidas no seio do Estado Moderno: as “sociedades científicas” - instituições ancoradas na crítica à inércia das antigas instituições universitárias.

Algumas dessas novas instituições foram fundadas dentro das próprias universidades, em espaços como jardins botânicos, anfiteatros de anatomia, laboratórios e observatórios, passando a funcionar como “ilhas de inovações” dentro de uma estrutura tradicional. Umas fundadas de baixo para cima, por grupos de pessoas afins ou por indivíduos que transformavam parte das suas casas em museus; outras criadas de cima para baixo, pelos governos, cujos recursos eram necessários para projetos de larga escala.

O Iluminismo francês fomentou o desenvolvimento de outra instituição que teve grande importância no contexto de desenvolvimento da universidade moderna: as faculdades. Estas passam a ser fundadas para, entre outras prerrogativas, ensinar a arte de governar a futuros funcionários do Estado (BURKE, 2003: 48).

Outro acontecimento importante ocorrido a partir do século XVIII foi a criação de organizações de fomento à pesquisa. Estas partem de iniciativas que, no século XVI, foram encampadas pelas academias e, a partir do XVIII, ganharam novas características, passando a financiar alguns acadêmicos daquela época. Ao longo do século XVIII foram registradas

4

aproximadamente setenta sociedades regulares onde estudiosos dedicavam-se parcial ou integralmente à pesquisa. Destas, as mais importantes foram as Academias de Berlim, São Petersburgo e Estocolmo. Essas sociedades formaram uma crescente rede internacional de pesquisa, trocando visitas, cartas e publicações e, ocasionalmente, desenvolvendo projetos comuns (idem: 49-50).

A UNIVERSIDADE MODERNA NA AMÉRICA.

Na América Espanhola as primeiras universidades surgiram ainda no século XVI. Até mesmo as colônias da América Inglesa, cujo processo de colonização se deu *a posteriori* da América Portuguesa, tiveram experiências universitárias ainda no século XVII. No caso do Brasil, este acontecimento só será ensaiado com a criação das primeiras instituições de ensino superior (não universitárias) no início do século XIX, e a primeira universidade só será criada na primeira metade do século XX, a Universidade de São Paulo (USP). Enquanto as instituições universitárias mais antigas completam seu primeiro milênio, e na América Espanhola já somam quase meio milênio, nossas instituições de ensino superior datam pouco mais de meio século. No entanto, para melhor entendermos alguns aspectos do nosso ensino superior, é importante que compreendamos algumas influências da universidade no contexto latino-americano, a fim de desvendar as particularidades presentes em nossas instituições.

As universidades latino-americanas, segundo Wanderley (1983), foram...

[...] pensadas para formar os filhos da burguesia, serão pressionadas a atender aos reclamos de mobilidade social dos filhos da classe média, transformando-se no lugar apropriado para conceder a permissão para o exercício das profissões, através do reconhecimento dos títulos e diplomas conferidos por órgãos de classe e governamentais. Três traços marcaram a idéia de universidade: comunidade, imunidade e universalidade[...] (WANDERLEY, 1983: 71).

Durante os séculos XVI e XVII, as instituições universitárias latino-americanas sofrem forte influência do clero e da Igreja Católica, prevalecendo no seu interior, como no caso das universidades tradicionais européias, todo tipo de desconfiança contra a ciência moderna e tudo que com ela tivesse relação ou derivação. Somente ao longo do século XVIII e XIX, com a consolidação do Estado Nacional, é que houve a gradativa influência das idéias liberais na formação das novas lideranças e das instituições latino-americanas.

Com os movimentos de independência vitoriosos, o modelo absolutista de universidade vai dando lugar ao modelo napoleônico francês, da Universidade Imperial. Esta se caracterizava, em linhas gerais, pela proteção do Estado como condição inerente à sua própria natureza, e a serviço deste era posta, rompendo com a autonomia característica das

5

antigas instituições. Este modelo inovava por criar faculdades para as diferentes profissões, outorgando os títulos necessários para o seu exercício, com reconhecimento atestado pelo Estado.

O grande salto qualitativo das universidades latino-americanas na busca de uma identidade institucional teve um marco importante nos movimentos que desencadearam os processos de reforma das universidades, a partir da Reforma Universitária de Córdoba, na Argentina. A Reforma Universitária de Córdoba teve início com a publicação de um documento político elaborado pelos estudantes, denominado “Manifesto de Córdoba”, lançado na cidade de Córdoba em 1918. Surge, então, nessa cidade, o movimento reformista que iria influenciar movimentos da mesma natureza em toda a América Latina”⁴ (WANDERLEY, 1983: 24). A contribuição do movimento reformista para o processo de modernização das universidades latino-americanas foi, doravante, inquestionável. Porém, convém ressaltar que não foram em todos países que tal movimento decorreu da organização autônoma dos seus atores políticos. Em alguns casos, como o brasileiro, a reforma da universidade foi fruto de processos tecnocráticos, uma defesa da universidade como instrumento de formação de recursos humanos, condicionados à lógica utilitarista de prover as necessidades científicas e tecnológicas da administração pública e privada.

O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Luiz Antônio Cunha (1986) aponta que, no período colonial brasileiro, observou-se a existência de um sistema de ensino superior muito bem organizado dentro dos moldes da época, inspirado na estrutura da Universidade de Coimbra (Portugal), que – apesar de não ter o reconhecimento para diplomação dos seus estudantes pelo Estado português, o tinha do papa – fazia parte de uma estrutura educacional organizada em escala mundial, por meio das escolas jesuíticas espalhadas, padronizadas e sistematizadas na *ratio studiorum*, promulgada preliminarmente em 1599, que previa um currículo dividido em dois graus: o *studia inferiora* (correspondia à atual educação básica), desenvolvido em cinco classes e desdobrado em até sete séries anuais; e o *studia superiora*, (correspondente aos atuais estudos superiores);

⁴ Os objetivos iniciais eram limitados, ganhando densidade com a participação estudantil na campanha eleitoral para reitor, quando o candidato dos estudantes foi derrotado sob forte pressão do aparato eclesiástico. A derrota causou a radicalização do processo de mobilização estudantil. As reivindicações adquiriam um cunho mais político, buscando-se a obtenção de mais aliados. Os estudantes elaboraram um documento em 21 de junho de 1918, que se transformou no ‘Documento Preliminar’ da Reforma universitária. Assinado pela direção da Federação Universitária de Córdoba, esse documento colocava o movimento da Reforma como parte do contexto maior latino-americano com traço claramente anticlerical.

Em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil. Seus colégios e residências foram expropriados, sendo diverso o destino que lhes foi dado. A expulsão dos jesuítas provocou a desarticulação do sistema educacional da Colônia e, no seu lugar, foram criadas, tardiamente no Brasil, as aulas régias, baseadas no enciclopedismo. O fechamento dos colégios dos jesuítas correspondeu à abertura de aulas de matérias isoladas (CUNHA, 1986: 46 e 56).

A partir de 1808, surgiram, com a vinda da família real para o Brasil, cursos para servir à estrutura militar, entre eles, Medicina, Cirurgia e Matemática; cursos mais voltados para suprir a burocracia estatal, como os de Agronomia, Química, Desenho Técnico, Economia Política, de Arquitetura e, mais tarde, de Direito⁵; e cursos para a formação de bens simbólicos (cultura geral) como Desenho, História, Música e Arquitetura, estes últimos ligados à Academia de Belas Artes. Ambos organizados na forma de cadeiras livres⁶ (CUNHA, 1986: 69). Quanto à referência cultural, o ensino superior no Império nasce sob um panorama em que a Inglaterra era, no campo da economia, a nossa principal referência; e a França o era no campo da ideologia e dos costumes. Durante o Império brasileiro, surgiu da tentativa de conciliar a necessidade de formação de uma elite intelectual à consolidação desta enquanto classe dominante associada à necessidade de capacitar funcionários especializados para as funções públicas do Estado (CUNHA, 1986: 69). Das poucas instituições que surgiram durante o período imperial, algumas sequer vingaram, outras pouco influenciaram na mudança do *status* social vigente, permanecendo muito mais como campo influenciado política e ideologicamente que como espaço de influência no campo ideológico e social.

A conjuntura da Primeira República tendeu a mudar circunstancialmente esse quadro. Houve um grande crescimento da oferta do ensino superior, impulsionado principalmente pelo surgimento das escolas superiores livres e não estatais (empreendidas por particulares). Segundo Cunha (1986), foi também nesse período que surgiram os primeiros estabelecimentos de ensino superior com o nome de universidade. As instituições de ensino superior, que até 1880 contavam com aproximadamente 2.300 estudantes, por volta de 1915 já somavam mais de 10 mil matrículas; e, por volta de 1930, esse número atingia a casa de 20 mil alunos. Este processo de ampliação fundava-se nos anseios da classe média urbana – engrossada pelo surgimento de grupos emergentes da classe trabalhadora –, associado à

⁵ Os cursos de Direito que surgiram na primeira metade do séc. XIX marcam duas importantes fases do ensino superior brasileiro: por um lado, a criação pioneira dos cursos de Olinda (depois transferido para Recife) e São Paulo gerou a preocupação do governo central com a regulamentação destes dois cursos e dos outros supervenientes; e, por outro lado, a criação de uma instituição completamente nova no ensino superior brasileiro: a faculdade.

⁶ Unidades de ensino de extrema simplicidade, constituídas por um professor que, com seus próprios meios (livros, instrumentos cirúrgicos, etc.) ensinava seus alunos em locais conhecidos.

7

demanda educacional da classe latifundiária que aspirava à consolidação de privilégios e *status*, tanto na burocracia estatal como nas atividades da esfera privada. (CUNHA, 1986). Neste período observa-se o crescimento do sistema de ensino - tanto das escolas primárias e pós-primárias, como superior.

Durante a vigência do estado autoritário varguista articularam-se várias frentes de luta por projetos sociais e educacionais, como os propostos no “Manifesto dos Pioneiros da Educação e da Escola Nova”. No campo universitário, fundou-se uma entidade estudantil para representar os estudantes do ensino superior de todo país, primeiro reunidos no Conselho Nacional de Estudantes, depois na União Nacional dos Estudantes. Ambos tiveram um papel importante na organização das manifestações em favor da ampliação e democratização do ensino superior mesmo que para muitos dos seus líderes isto representasse apenas mais vagas para os setores da classe média, até então excluídos do poder político e econômico pelas oligarquias, cujas aspirações ganhavam foro privilegiado nos bancos das faculdades e universidades.

Já no início do governo autoritário, consolidou-se a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, por meio do decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, tendo como titular um dos articuladores da Frente Integralista, o conservador Francisco Campos. Foram também criados o Conselho Nacional de Educação e o Estatuto das Universidades Brasileiras, promulgado por meio do decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931, que estabelecia a organização do ensino superior em todo o país, admitindo duas formas de organização: a universidade e o instituto isolado. Quanto à universidade, esta poderia ser oficial – mantida pelos governos federal ou estadual – ou livre – mantida por associações ou fundações particulares. O estatuto esteve vigente por 30 anos, de 1931 a 1961 (CUNHA, 1986).

Um grupo de oligarcas paulistas fundou em 1933, a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, no ano seguinte, Armando de Sales Oliveira nomeou uma comissão para o estudo da criação da Universidade de São Paulo – USP, e, em janeiro de 1934, por meio de um decreto estadual, a mesma foi criada, incorporando a ela várias faculdades, escolas e institutos; em 1935, idealizada por Anísio Teixeira, foi criada a Universidade do Distrito Federal⁷. Por fim, durante esse período, o cenário do ensino superior brasileiro passa por importantes mudanças, salta de três para cinco instituições universitárias e, com a criação da Universidade de São Paulo, pode-se definitivamente afirmar que foi consolidada uma

⁷ É importante ressaltar que em 1935, o Distrito Federal situava-se no estado do Rio de Janeiro.

8

instituição deste porte no Brasil, mesmo que quanto à natureza das suas atividades fins, somente com a Reforma Universitária de 1968 seriam delimitados mais claramente seus objetivos.

A revogação do Estatuto das Universidades, em 1961⁸, e a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/1961), depois de mais de uma década de tramitação no Congresso Nacional, seriam indicadores de mudanças profundas na educação brasileira e no ensino superior, pois, enfim, várias das reivindicações históricas dos estudantes e professores, bem como de outros setores envolvidos nas lutas pela educação, seriam contempladas. Mas, o movimento pelas reformas estruturais de base, realizado durante o governo Jango/Jânio⁹ não demoraram a ruir, tanto em função das articulações dos setores conservadores que, vendo ameaçados muitos dos seus interesses e posições políticas, uniram-se, num primeiro momento, para a aprovação do Parlamentarismo (1961-1963) – processo conturbado da política nacional – e, num segundo momento, para arquitetar o golpe militar de 1964 – que acabou desencadeando um período de perseguição política às principais lideranças democráticas, inclusive estudantis e dirigentes da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Um momento potencialmente propício para mudanças estruturais, aos poucos foi se esvaindo. Em contrapartida, foi gradativamente tomando corpo uma reforma tecnocrática que acabava com o regime das cátedras, mas não voltada para a destituição da arcaica instituição, e sim para suspender todas as garantias de direito a qualquer eventual estabilidade na universidade. Os departamentos não mudaram as velhas estruturas, apenas fragmentaram-se as esferas de poder. À implantação da universidade brasileira, foi reduzida a simples aglutinação de institutos isolados, perpetuando os mesmos problemas anteriormente apontados.

CONCLUSÃO

⁸ Tal revogação se deu justamente por força da aprovação da Lei Federal nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

⁹ Os anos que sucedem o desenvolvimentismo de Juscelino Kubischek e antecedem o golpe militar de 1964 foram de intensa mobilização por reformas estruturais de base que abrangiam, desde a luta histórica pela Reforma Agrária, à defesa da Reforma Universitária, passando pela luta para a ampliação da escola primária e erradicação do analfabetismo; estatização das empresas controladoras de atividades estratégicas para o estado brasileiro e que estavam na mão do capital privado, entre outras bandeiras. O ambiente político do momento, apontava para um misto de reivindicações específicas e de bandeiras gerais que espelhavam os anseios de vários seguimentos da sociedade naquele momento. Por outro lado, se vivia também um momento de instabilidade institucional que apontavam para outros fatores como o medo da "ameaça comunista" propagado pelos setores mais conservadores; a tentativa destes setores em impedir a posse de Jango, seguida pela implantação de um parlamentarismo de última hora com feições de golpe de estado, entre outros acontecimentos que de certa forma, já pré-anunciavam a efetividade do golpe militar de 1964 conduzido pelos militares.

Algumas das questões que buscamos apontar ao longo deste trabalho referem-se ao papel desenvolvido pelo ensino superior no contexto educacional, político e social ao longo de sua História. Estas reflexões servem para mostrar-nos que os problemas que enfrentam o ensino superior no Brasil não são invenções atuais, mas resultados de um processo histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURKE, Petter. **Uma História Social do Conhecimento:** de Gutenberg a Diderot. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1986. (1ª edição Brasileira: 1980 – Editora Civilização Brasileira).

FERNANDES, Florestan. **A Universidade Brasileira:** reforma ou revolução. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1975.

WANDERLEY, Luiz Eduardo **O Que é Universidade.** São Paulo/SP: Editora Brasiliense, 1983.

BRASIL; Ministério da Educação e Cultura (MEC); Ministério do Planejamento e Coordenação Geral; Ministério da Fazenda. **Reforma Universitária.** Brasília /DF: MEC, agosto de 1968. (Relatório do Grupo de Trabalho criado pelo decreto 62.937 de 02 de julho de 1968)